

O incisivo alerta do FMI sobre a dívida pública

Na euforia pelo fim do acordo com o FMI, passou despercebido o resumo da avaliação anual da economia brasileira publicado dia 25/3/2005, no qual, após elogiar nossa política macroeconômica e fiscal, o Fundo faz incisivo alerta sobre a "elevada dívida pública brasileira", que seria a "vulnerabilidade mais flagrante do País".

Para atenuar essa "vulnerabilidade" só há três soluções: altear o superávit primário (absolutamente impraticável), baixar a taxa de juros Selic ou crescer economicamente para diminuir a relação débito público/PIB.

Em meu artigo "Campeão mundial de juros e do câmbio valorizado", comentei que talvez só o FMI pudesse demover o Copom do Banco Central de sua desastrada política de contínuo acréscimo da taxa básica Selic, responsável por inflar a dívida pública e pela valorização forçada das cotações do real, porque atrai montanhas de dólares especulativos.

Analistas econômicos independentes e descompromissados previam que os juros Selic caíssem em dezembro/2004 para 14%, pois a inflação estava razoavelmente controlada e o cenário nacional e internacional limpidamente favorável. Contudo, surpreendentemente o Copom congelou em junho, julho e agosto/04 a taxa Selic em 16% e recomeçou em setembro de 2004 sua marcha para cima por sete meses consecutivos, consolidando a posição brasileira de líder da usura (remuneração líquida de 13%).

Apesar da perda de ritmo no último trimestre/04, o País pôde comemorar 5,2% a maior no PIB de 2004 e evidenciou ao planeta sua vocação exportadora, com superávit na balança comercial de US\$ 33,7 bilhões e receita cambial de quase US\$ 100 bilhões (já ultrapassada). A fim de pagar os juros estratosféricos de nosso endividamento e cumprir outros compromissos, as empresas e o povo suportam carga tributária alta, mas o setor exportador é livre de impostos, salvo alguns resquícios de saldos credores de ICMS e de contribuições sociais.

Era previsível a continuidade de arrancada em 2005. O presidente Lula fez sinalizações nesse sentido: "Vamos continuar crescendo 5% ou mais"; "A cotação boa do câmbio seria entre R\$ 2,90 e R\$ 3,10".

Esperava-se muitos investimentos diretos nacionais e estrangeiros, com empresários tirando das gavetas projetos prontos, garantindo empregos, produção e receita cambial. Entretanto, a diretoria do Banco Central tinha outras idéias e traçou meta ambiciosa de inflação de 5,1% em 2005 e de 4,5% em 2006, e para isso (presume-se) os juros básicos Selic teriam de chegar a 20% (já estão em 19,25%) ao ano e o aumento do PIB não poderia ultrapassar 3,5%. E assim, mês a mês, os

juros foram subindo, acarretando duas consequências imediatas: maior dívida interna e valorização do real, favorecendo as importações e o turismo externo e dificultando exportações de calçados, componentes eletroeletrônicos, têxteis e outras. Esclareça-se que o superávit de US\$ 7 bilhões neste trimestre é o resultado do cumprimento de contratos anteriores.

Ressalte-se que o Banco Central agiu bem ao comprar dólares e aumentar nossas reservas líquidas para US\$ 36 bilhões (embora o desejável seja US\$ 50 a US\$ 70 bilhões), atitude que fez a taxa do dólar deslocar-se de R\$ 2,60 para R\$ 2,70, ainda insuficiente, devendo retornar pelo menos a R\$ 3,00 para não comprometer nosso esforço exportador.

A ata do Copom de 24/3/2005 justificou os 19,25% da taxa Selic e inseriu alegações para novas altas de juros: "Incerteza na política monetária norte-americana" e "escalada nos preços do petróleo", afora a recorrência de

Será que só o Brasil está certo e todos os demais países emergentes estão errados?

identificar "focos localizados de pressão na inflação corrente". Na análise trimestral de inflação, de 29/3/2005, os "sábios" do Banco Central estavam mais confiantes.

Ninguém contesta que juros altos controlam inflação, mas o Banco Central poderia adotar soluções alternativas que não afetassem a dívida pública e a taxa de câmbio. Por exemplo, acrescer Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e introduzi-lo na entrada de capitais de curto prazo; identificar setores com demanda aquecida (eletrodomésticos, se fosse o caso) e encurtar o número de prestações de pagamento, medida, aliás, utilizada no passado com sucesso; e monitorar preços de monopólios e de cartéis através do IBGE.

É tempo de o governo Lula mudar a diretriz de seus rumos porque o déficit social é imenso, a criminalidade avança para o interior e está se tornando quase incontrolável nos grandes centros urbanos, e o desemprego desalenta milhões de compatriotas (17,1% na Grande São Paulo).

O País tem gana de investimentos e os voltados à exportação são os mais atraentes e exequíveis. É preciso coragem e sabedoria para abrandar metas de inflação incompatíveis com a nossa realidade e reduzir os juros básicos Selic (será que só o Brasil está certo e todos os demais países emergentes estão errados?) e manter câmbio competitivo para incentivar nossas vendas externas.

Concomitantemente, é fundamental austeridade nos gastos, não admitir descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e ser implacável no combate à corrupção e à irresponsabilidade orçamentária.

* Ex-diretor do Banco do Brasil. Autor dos livros "Destino do Brasil: Potência Mundial", Editora Graal, RJ, 1995, e "Vivência de Fatos Históricos", Editora Paz e Terra, SP, 2002.